

Edição nº 17 – 26 a 30 de dezembro

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DOS ESTADOS ENCERRA CALENDÁRIO LEGISLATIVO

Na última votação realizada pelo Plenário da Câmara dos Deputados antes do recesso legislativo, os Deputados aprovaram, na última terça-feira, por 296 votos a 12, o Projeto de Lei Complementar nº 257/2016, do Poder Executivo, que renegocia as dívidas dos estados com a União, estabelecendo o prolongamento das parcelas em 20 anos, além de conceder descontos nas parcelas até julho de 2018 e aplicar novos indexadores. O projeto segue agora para a sanção presidencial.

Os deputados aprovaram um regime especial para estados que se encontrem em calamidade financeira, situação declarada atualmente por 3 unidades da federação (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). No caso desses estados, após a aprovação de um plano de recuperação pelas respectivas assembleias legislativas e deferimento pela União, as obrigações ficarão suspensas por 3 anos.

O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, havia trabalhado intensamente pelo aumento das contrapartidas dos estados, conseguindo inserir diversas disposições neste sentido enquanto o texto tramitava no Senado Federal. Entre elas, estavam o congelamento da contratação de servidores públicos e de salários, além da elevação de contribuições previdenciárias ao patamar de 14%, a privatização de empresas estaduais e a redução de incentivos fiscais.

No entanto, contrariando a Fazenda, os deputados derrubaram todas as contrapartidas acima mencionadas, inclusive as que regulamentavam a privatização de ativos dos estados, mantendo somente a disposição de que a União poderá requisitar um plano de desestatização dos estados durante a fase de negociação da dívida.

De acordo com o Relator do projeto aprovado, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), os estados terão uma "janela de oportunidade" para negociar suas dívidas e aliviar os seus caixas. Segundo estimativas, somente o estado do Rio de Janeiro terá um alívio de cerca de R\$7 bilhões em suas contas em 2017, caso o projeto seja sancionado nos termos em que foi aprovado na Câmara.

Quanto à sanção presidencial, o Presidente Michel Temer afirmou, na última quarta-feira, que, "muito provavelmente", irá sancionar o texto, mas que continuará pedindo a contrapartida dos estados para que se reestabeleça o equilíbrio das suas contas. Nos termos do texto que foi enviado à sanção, as contrapartidas serão discutidas caso à caso e deverão ser apreciadas pelas assembleias legislativas de cada unidade da federação para que, posteriormente, possam negociar com a União a aceitação dos termos e a concessão do plano de recuperação.

FIQUE DE OLHO

- Governo Federal anuncia minirreforma trabalhista
- Presidente do Banco Central (BC) divulga agenda de medidas estruturais

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA MINIRREFORMA TRABALHISTA

O Presidente Michel Temer (PMDB) assinou, na última quinta-feira, as Medidas Provisórias (MPs) nº 761/2016 e 763/2016. A primeira prorroga o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) – que agora passa a ser chamado de Programa Seguro-Emprego (PSE). Tal medida permite que empresas que se encontrem em dificuldades financeiras reduzam a jornada de trabalho e também os salários dos seus funcionários em até 30%, mediante acordo coletivo específico para tal. A empresa que aderir ao PSE ficará proibida de dispensar sem justa causa os empregados integrantes da redução de jornada. Já a MP nº 763/2016 autoriza o saque integral das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) inativas até o dia 31 de dezembro de 2015. O saque obedecerá um cronograma ainda a ser divulgado pelo Poder Executivo, para evitar filas nas agências bancárias. A medida, que desagradou a indústria imobiliária, ainda tramitará na Câmara e no Senado.

No último dia 23, o Poder Executivo também apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.787/2016, que visa reformar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL (BC) DIVULGA AGENDA DE MEDIDAS ESTRUTURAIS

Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central, nesta última terça-feira apresentou os pilares de atuação do Banco Central para os próximos anos. Com o objetivo de endereçar questões estruturais do Banco e do Sistema Financeiro Nacional, o órgão pretende implementar a política de dados abertos, que serão disponibilizados em um portal, bem como desenvolver indicadores de cidadania financeira e avaliar os impactos das ações do Banco Central. Além disso, serão adotadas medidas para reduzir o custo do crédito e programas para educar a cidadania financeira dos cidadãos brasileiros.

